

Licitação - CIOP

De: licitacao@futuramedicamentos.com.br
Enviado em: segunda-feira, 28 de junho de 2021 16:08
Para: 'Licitação Compra - CIOP'
Cc: csaudeindiana@hotmail.com; licitacao@terra.com.br;
compras.saude@iepe.sp.gov.br;
almoxarifadosaude@euclidesdacunha.sp.gov.br; csaudeindiana@hotmail.com;
compras@martinopolis.sp.gov.br; farmacia@martinopolis.sp.gov.br;
farmaciapmpe@gmail.com; fornecedores@rosana.sp.gov.br;
almoxarifado@rosana.sp.gov.br; farmsantoexpedito@hotmail.com;
controleinterno@ciop.sp.gov.br; smstaciba.farmacia@hotmail.com;
coordenacao.saude@alfredomarcondes.sp.gov.br; compras@caiabu.sp.gov.br;
compras@alvaresmachado.sp.gov.br; 'Estela Balzaneli';
farmaciateodorosampaio@hotmail.com; 'Centro Saude Teodoro Sampaio';
'compras Teodoro Sampaio'; administracao@presidentebernardes.sp.gov.br;
EDNA MARTINS; Samira Sartorelli; ISABELA FOGAÇA ; JÚLIA ROBERTA;
licitacao3@futuramedicamentos.com.br
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 177 - ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS 97/2020 PE 22/2020
Anexos: PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE ITEM.pdf; PROPOSTA INICIAL.pdf; PROCURAÇÃO - PATRÍCIA FUTURA.pdf
Prioridade: Alta

Boa tarde!

Segue em anexo nosso pedido de desclassificação do item 177 - **iodopovidona (POVIDINE) SUAVE TÓPICO, A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. IODO ATIVO A 1%. SOLUÇÃO AQUOSA.**, uma vez que o item apresentado em nossa proposta foi **PVPI "IODOPOLIVIDONA" TOPICO 100ML**.

O erro só foi constatado agora, mediante o recebimento do empenho 001002/2021.

Em anexo, segue também nossa proposta apresentada no certame.

Pedimos desculpas pelo transtorno causado e nos colocamos à disposição para sanar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

 <p>Futura Produtos Médicos Hospitalares Fone: (15) 3251-8494 www.futuramedicamentos.com.br</p>	<p>Patrícia Nadja Licitações Skype: Patrícia Nadja</p>
--	---

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 97/2020

Ref. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020
PROCESSO Nº 34/2020 - CIOP

Ref.: Solicitação de desistência de item

A **Futura Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli.**, estabelecida na Rua Dr. Gualter Nunes n.º 100, Chácara Junqueira Tatuí/SP, inscrita no CNPJ sob n.º 08.231.734/0001-93, neste ato representada por sua procuradora, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, expor e requerer o quanto segue:

I - DOS FATOS E DO DIREITO

A empresa requerente participou do Pregão Eletrônico n.º 22/2020, cujo objeto trata-se registro de preços para aquisições futuras de materiais de enfermagem para 17 (dezessete) municípios consorciados pelo prazo de 12 (doze) meses.

Ressaltamos que somos uma empresa séria cumpridora de seus contratos, que sempre atendeu de forma satisfatória a todos os seus clientes. De tal forma que nunca houve qualquer óbice que pudesse vir a macular a perfeita imagem desta corporação.

Para tanto, servimo-nos desta para solicitar desclassificação do item 177, pois cotamos o mesmo de forma errônea. O item cotado trata-se de **PVPI "IODOPOLIVIDONA" TOPICO 100ML**, conforme proposta apresentada na sessão do certame, e o item solicitado no edital trata-se **IDOPOVIDONA (POVIDINE) SUAVE TÓPICO, A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSÉPTICO. IODO ATIVO A 1%. SOLUÇÃO AQUOSA**. Ou seja, nota-se, claramente, o erro cometido por esta empresa, em razão da divergência dos dois itens.

A Lei 8.666/93, em seu art. 43, § 6º, prevê que "após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão". No presente caso, o fato superveniente se verificou com a constatação, posterior à habilitação, do erro cometido por parte da proponente.

Em decorrência da cotação errônea, esta empresa encontra-se impossibilitada de fornecer este produto, solicitando, portanto, a desistência dele. Insta frisar que nosso objetivo principal consiste em não comprometer o bom andamento deste contrato, em

razão da impossibilidade do fornecimento deste medicamento para atender à esta municipalidade.

Por essa razão, faz-se necessário a desclassificação do **item 177**, na medida em que não será possível cumprir com as obrigações exigidas no certame, por razões absolutamente alheias à sua vontade.

Por todo o exposto é o presente para requerer:

II - DOS PEDIDOS:

Pelo que se requer, seja concedida a desclassificação do **item 177** por desistência, em razão de todas as informações aqui apresentadas. Requer, ainda, que não seja aplicada qualquer penalidade à proponente, tendo em vista que a desistência se fez necessária em razão do fato superveniente que restou amplamente configurado.

Tatui, 28 de junho de 2021.

08.231.734/0001-93
FUTURA COMERCIO DE PRODUTOS
MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI
Rua: Dr. Gualter Nunes, 100
Chacara Junqueira - CEP: 18.271-210
Tatui/SP



Futura Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli.

Patrícia Nadja de Moura Pinto

RG: 41.883.710-7

CPF: 332.325.298-52

Procuradora

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.231.734/0001-93, sediada na Rua Gualter Nunes, 100, Chácara Junqueira - CEP. 18271-210, na cidade de Tatui/SP, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 65743/08-8, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **LUCIANO DE SOUZA LOPES**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 33.289.623-7 e do CPF nº 215.816.628-23, residente e domiciliado na cidade de Tatui/SP.

OUTORGADO: PATRÍCIA NADJA DE MOURA PINTO, Representante Comercial, portadora do RG nº 41.883.710-7 e do CPF nº 332.325.298-52, residente e domiciliada na Rua Florindo Antunes Machado, n.º 112, Vila Esperança, CEP 18.278-110, na cidade de Tatui - SP.

PODERES: Aos que lhe conferem amplos poderes para representar a empresa em processos licitatórios de qualquer modalidade em Órgãos Públicos FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar propostas de preços, contratos, atas de registro de preços, declarações, efetuar cobranças, receber notificações, interpor e desistir de recursos, retirar contratos, efetuar cadastros.

Esta procuração lhe confere poderes para substabelecer e tem validade até 31/12/2021 ou até o fim do contrato de prestação de serviços junto ao OUTORGANTE.

Tatui, 10 de dezembro de 2020.

FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI.
LUCIANO DE SOUZA LOPES
DIRETOR
RG: 33.289.623-7
CPF: 215.816.628-23



Futura Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli.
CNPJ: 08.231.734/0001-93 / IE: 687.161.985.111
Rua Dr. Gualter Nunes, 100 - Chácara Junqueira - Tatui/SP CEP: 18271-210
Fone: (15) 3251-9494



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 2651112206287180216-1
Data: 11/12/2020 17:05:38
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKV78459-3B9F;



CNPJ 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válder Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



3918
✓

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Internet pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/12/2020 17:47:42 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 26511112206287180216-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b37718f665af28e2c2f4e7aabc2c6ed0f9d8a6c6a14437e0ae268b578cb04a5a41e94ca83baefc5140eff552f89d81ff0148260a1ce4fe4907df4cd475c442e28



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Futura

Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares
CNPJ: 06.231.734/0001-93 IE: 487.141.985.111

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TATUI, 20 de outubro de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - PROCESSO Nº 34/2020

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 17 (DEZESSETE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Produto/Descrição	Unidade	Embalagem	Marca / Fabricante	Procedência	Registro MS	P.Unit.R\$	Total R\$
2	595	ACIDO PERACETICO 0,2% (PRONTO USO) 1L "VIC PERACÉTICO"	FR	FRASCO C/1	VICPHARMA	NACIONAL		55,36	32.939,20 Trinta e Dois Mil, Novecentos e Trinta e Nove Reais e Vinte centavos
4	2.948	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000ML CX C/12 FR	FR	CAIXA C/12	VICPHARMA	NACIONAL		5,78	17.039,44 Dezessete Mil e Trinta e Nove Reais e Quarenta e Quatro centavos
17	20.252	ALCOOL 70% GEL 430 GRAMAS	UND	UNIDADE C/1	VICPHARMA	NACIONAL		10,23	207.177,96 Duzentos e Sete Mil, Cento e Setenta e Sete Reais e Noventa e Seis centavos
18	27.130	ALCOOL 70% SANEANTE 1000ML	FR	FRASCO C/1	VICPHARMA	NACIONAL	326480008	6,52	176.887,60 Cento e Setenta e Seis Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta centavos
25	37.726	ATADURA CREPE 13F 15CM X 1,80 MT C/12 UND (EMB IND) STANDARD	UND	DUZIA C/12	ORTHOCREM	NACIONAL		98,00	3.697.148,00 Três Milhões, Seiscentos e Noventa e Sete Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais
26	37.726	ATADURA CREPE 13F 20CM X 1,80 MT C/12 UND (EMB IND) STANDARD	UND	DUZIA C/12	ORTHOCREM	NACIONAL		155,00	5.847.530,00 Cinco Milhões, Oitocentos e Quarenta e Sete Mil, Quinhentos e Trinta Reais
27	27.280	ATADURA CREPE 13F 06 CM X 1,80MT C/12 UND (EMB IND) STANDARD	UND	DUZIA C/12	ORTHOCREM	NACIONAL		65,00	1.773.200,00 Um Milhão, Setecentos e Setenta e Três Mil, Duzentos Reais
28	27.280	ATADURA CREPE 13F 08CM X 1,80MT C/12 UND (EMB IND) STANDARD	UND	DUZIA C/12	ORTHOCREM	NACIONAL		186,00	5.074.080,00 Cinco Milhões, setenta e quatro mil e Oitenta reais
45	2.770	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL C/ VALVULA N.08 PCT C/1UND	UND	UNIDADE C/50	CPL	NACIONAL		1,09	3.019,30



Futura

Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares
CNPJ: 08.231.734/0001-93 IE: 487.141.985.111

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TATUI, 20 de outubro de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - PROCESSO Nº 34/2020

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 17 (DEZESSETE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Produto/Descrição	Unidade	Embalagem	Marca / Fabricante	Procedência	Registro MS	P.Unit.R\$	Total R\$
									Três Mil e Dezenove Reais e Trinta centavos
46	3.440	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/ VALVULA N.10 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,00	3.440,00
									Três Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais
47	6.440	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/ VALVULA N.12 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		0,63	4.057,20
									Quatro Mil e Cinquenta e Sete Reais e Vinte centavos
54	7.635	CATETER TIPO OCULOS ADULTO PCT C/1UN	UND	UNIDADE C/1	CPL	NACIONAL		1,33	10.154,55
									Dez Mil, Centa e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Cinco centavos
66	14.940	COLETOR DE URINA ADULTO - NÃO ESTÉRIL - SISTEMA ABERTO 2LTS	UND	UNIDADE C/1	CPL	NACIONAL		0,58	8.665,20
									Oito Mil, Sessentos e Sessenta e Cinco Reais e Vinte centavos
89	2.332	DETERGENTE 4 ENZIMAS 1000ML "ENZIMA POWER VIC DT4"	FR	FRASCO C/1	VICPHARMA	NACIONAL		64,35	150.064,20
									Cento e Cinquenta Mil e Sessenta e Quatro Reais e Vinte centavos
90	8.050	CLOREXIDINA 2% (SOL DEGERMANTE) 100ML CX C/24 FR	FR	CAIXA C/24	VICPHARMA	NACIONAL		6,64	53.452,00
									Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais
177	598	PVPI "IODOPOLIVIDONA" TOPICO 100ML	FR	FRASCO C/1	VICPHARMA	NACIONAL		19,08	11.409,84
									Onze Mil, Quatrocentos e Nove Reais e Oitenta e Quatro centavos
178	582	PVPI "IODOPOLIVIDONA" DEGERMANTE 1000ML DISPENSER	FR	FRASCO C/1	VICPHARMA	NACIONAL	NOTIFICADO	28,54	16.610,28
									Dezesseis Mil, Sessentos e Dez Reais e Vinte e Oito centavos
262	5.187	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.10 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,54	7.987,98



Futura

Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares
CNPJ: 08.231.734/0001-93 IE: 487.161.985.111

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TATUI, 20 de outubro de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - PROCESSO Nº 34/2020

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 17 (DEZESSETE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Produto/Descrição	Unidade	Embalagem	Marca / Fabricante	Procedência	Registro MS	P.Unit.R\$	Total R\$
									Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Noventa e Oito centavos
263	8.152	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.12 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,23	10.026,96 Dez Mil e Vinte e Seis Reais e Noventa e Seis centavos
264	4.102	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.14 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,16	4.840,36 Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta Reais e Trinta e Seis centavos
265	3.037	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.16 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,30	3.948,10 Três Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Dez centavos
266	1.787	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.18 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,22	2.180,14 Dois Mil, Cento e Oitenta Reais e Quatorze centavos
267	1.127	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.4 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,12	1.262,24 Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Quatro centavos
268	5.677	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.6 C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,18	6.698,86 Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Seis centavos
269	7.827	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL S/ VALVULA N.8 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,14	8.922,78 Oito Mil, Novecentos e Vinte e Dois Reais e Setenta e Oito centavos
270	1.142	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL N.10 PCT C/1UND	UND	UNIDADE C/50	CPL	NACIONAL		16,37	18.694,54 Dezoito Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Cinquenta e Quatro centavos
271	3.142	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL N.12 PCT C/1UND	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		17,19	54.010,98



Futura

Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares
CNPJ: 08.231.734/0001-93 IE: 487.141.985.111

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TATUI, 20 de outubro de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - PROCESSO Nº 34/2020

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 17
(DEZESSETE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Produto/Descrição	Unidade	Embalagem	Marca / Fabricante	Procedência	Registro MS	P.Unit.R\$	Total R\$
									Cinquenta e Quatro Mil e Dez Reais e Noventa e Oito centavos
273	1.072	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL N.8 PCT C/1UND	UND	UNIDADE C/50	CPL	NACIONAL		24,95	26.746,40
									Vinte e Seis Mil, Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta centavos
286	7.222	SONDA URETRAL N.06 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		0,82	5.922,04
									Cinco Mil, Novecentos e Vinte e Dois Reais e Quatro centavos
287	22.484	SONDA URETRAL N.10 PCT C/1	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		0,74	16.638,16
									Dezesseis Mil, Seiscentos e Trinta e Oito Reais e Dezesseis centavos
288	71.634	SONDA URETRAL N.12 PCT C/1UND	UND	UNIDADE C/1	CPL	NACIONAL		0,91	65.186,94
									Sessenta e Cinco Mil, Cento e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Quatro centavos
290	7.396	SONDA URETRAL N.16 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		1,00	7.396,00
									Sete Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais
291	16.642	SONDA URETRAL N.08 PCT C/1UN	UND	PACOTE C/1	CPL	NACIONAL		0,84	13.979,28
									Treze Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Oito centavos

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA : R\$ 17.341.316,53 (Dezessete Milhões, Trezentos e Quarenta e Um Mil, Trezentos e Dezesseis e Cinquenta e Três centavos)

Declaro, sob as penas da lei, que os materiais ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I - Termo de Referência;
Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.



Futura

Futura Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares
CNPJ: 08.231.734/0001-93 IE: 487.161.985.111

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TATUÍ, 20 de outubro de 2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - PROCESSO Nº 34/2020

**OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA 17
(DEZESSETE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.**

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Quant.	Produto/Descrição	Unidade	Embalagem	Marca / Fabricante	Procedência	Registro MS	P.Unit.R\$	Total R\$
------	--------	-------------------	---------	-----------	-----------------------	-------------	-------------	------------	-----------

Validade da Proposta : (90) Noventa dias

Validade dos Produtos : Conforme edital

Prazo de Entrega : Conforme edital

Condições de Pagamento : Conforme edital

Vigência do Contrato : Conforme edital

Local de Entrega : Conforme edital

Dados Bancários :

Banco do Brasil

Agência: 6505-6

Conta Corrente: 1411-7

LIGIA DAS MERCES DE OLIVEIRA

RG : 37.164.261-9

CPF : 431.478.298-63

Representante Legal

MEMORANDO INTERNO N º 132/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de desclassificação de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI - ARP nº 97/2020

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI**, às fls. 3.914/3.923, sobre o pedido de desclassificação do item Nº 177 - iodopovidona (povidine) suave tópico, a base de polivinil pirrolidona iodo (pvp-i), antisséptico, iodo ativo a 1% solução aquosa.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente.

Presidente Prudente, 06 de julho de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em ____/____/2021

Setor Jurídico: _____



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 132/2021)

ORIGEM: FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: SOLICITAÇÃO DA DESISTÊNCIA DO ITEM 177 - IODOPOVIDONA (POVIDINE) SUAVE TÓPICO, A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. IODO ATIVO A 1%. SOLUÇÃO AQUOSA.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de desistência referente ao **item 177 - IODOPOVIDONA (POVIDINE) SUAVE TÓPICO, A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. IODO ATIVO A 1%. SOLUÇÃO AQUOSA**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, sob a justificativa de erro na cotação para a proposta, não sendo possível o seu fornecimento, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 22/2020** e juntou documentos de fls. 3.917/ 3.923 (procuração e tabela dos lances do pregão).

2. Os documentos analisados são solicitação de desistência referente ao item 177 - IODOPOVIDONA (POVIDINE) SUAVE TÓPICO, A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. IODO ATIVO A 1%. SOLUÇÃO AQUOSA, bem como os documentos procuração e tabela dos lances do pregão (fls. 3.917/ 3.923).

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.



4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. Tem como fulcro de sua exordial o argumento de que realizara erroneamente o lance no pregão em tela, que conforme a tabela de fls. 3.920 era para outro item.

6. Inicialmente faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 01 (um) ano**.

7. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

8. Trata-se de um processo licitatório que tramitou na modalidade eletrônica, na qual não ocorreu nenhum erro, de modo imediato e, sendo assim, o lance oferecido vincula o licitante no momento em que torna público.

9. De modo que em razão da segurança jurídica, não pode livremente a Administração cancelar os seus atos, nem mesmo em razão da realização de um lance equivocado, operando-se a preclusão de sua argumentação.

10. Desta forma, o cancelamento do item somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.



11. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resalte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

12. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha.



Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

13. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

14. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 17 de agosto de 2021.

Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 150/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Pedido de desclassificação de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI - ARP nº 97/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.934/3.939, que opinou pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item **nº 177** - iodopovidona (povidine) suave tópico, a base de polivinil pirrolidona iodo (pvp-i), antisséptico, iodo ativo a 1% solução aquosa.

Presidente Prudente, 27 de agosto de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Pedido de desclassificação de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI - ARP nº 97/2020

Trata-se de solicitação de análise do pedido desistência referente ao item nº 177, registrado na Ata de Registro de Preços nº 97/2020, alegando, em síntese, erro na cotação para a proposta, não sendo possível o seu fornecimento.

O Setor Jurídico às fls. 3.934/3.939, opinou pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item nº 177 - iodopovidona (povidine) suave tópico, a base de polivinil pirrolidona iodo (pvp-i), antisséptico, iodo ativo a 1% solução aquosa.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 3.934/3.939, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI**, possuidora do **CNPJ nº 08.231.734/0001-93**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 30 de agosto de 2021



CLAUDIO DENNER MONTEIRO
Diretor Executivo Substituto - CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de análise do pedido desistência referente ao item nº 177 da ARP nº 97/2020. Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI**, possuidora do CNPJ nº 08.231.734/0001-93. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item nº 177 - iodopovidona (povidine) suave tópico, a base de polivinil pirrolidona iodo (pvp-i), antisséptico, iodo ativo a 1% solução aquosa, conforme fundamento acostado nos autos. Cláudio Denner Monteiro - Diretor Executivo Substituto do CIOP. Pres. Prudente, 30 de agosto de 2021.

